

**HABEAS CORPUS Nº 481.593 - MT (2018/0319821-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : ALFREDO NOGUEIRA DA SILVA NETO**  
**ADVOGADO : ALFREDO NOGUEIRA DA SILVA NETO - GO042276**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**PACIENTE : ELIOMAR PEREIRA SOBRINHO (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ALEGADA INCAPACIDADE FINANCEIRA PARA ARCAR COM FIANÇA. EXPEDIÇÃO SUPERVENIENTE DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PREJUDICADO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ELIOMAR PEREIRA SOBRINHO contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no julgamento do HC n.º 1033745-56.2018.4.01.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 04/08/2018, pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 155, §§ 1.º e 4.º, incisos I e IV, c.c. art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, pois teria sido surpreendido, junto com outro indivíduo, "na agência da Caixa Econômica Federal, no bairro Cristo Rei, Município de Várzea Grande – MT, instalando dispositivos e forçando os caixas eletrônicos" (fl. 17). A segregação flagrantial foi convertida em preventiva (fls. 17-19).

O Desembargador Relator do writ originário deferiu o pedido liminar para "conceder a liberdade provisória ao paciente, se por outro motivo não estiver preso, fixando medidas cautelares alternativas: (i) comparecimento periódico ao juízo de seu domicílio; (ii) comunicar ao juízo qualquer mudança de domicílio ou residência, ainda que temporária; (iii) comparecer a todos os atos do processo, sob pena de revogação; e (iv) prestação de fiança de três salários mínimos" (fl. 37).

Neste writ, alega o Impetrante que o Paciente não tem condições financeiras para arcar com o valor de 03 (três) salários mínimos que foi fixado a título de fiança.

Requer, em medida liminar e no mérito, a dispensa do recolhimento do

valor da fiança ou, subsidiariamente, a redução desse valor cobrado "*em até um salário mínimo*" (fl. 08).

O pedido de liminar foi apreciado e indeferido às fls. 56-57.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região prestou informações importantes à instrução do feito às fls. 67-76.

À fl. 78, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ.

É o relatório.

Da recente consulta que realizei acerca do julgamento do *habeas corpus* originário no site mantido pelo Tribunal regional, verifiquei que aquela Corte assim decidiu (sem grifos no original):

**"Expeça-se alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso.**

**Determino ao réu o comparecimento mensal ao juízo para informar e justificar suas atividades.**

**O acusado deverá comprovar o recolhimento do valor da fiança no prazo de 15 (quinze) dias. Não cumprida a medida, comunique-se ao relator do habeas corpus nº 1033745-56.2018.4.01.000.**

**Por ocasião do cumprimento do alvará de soltura, o investigado deverá declinar o endereço completo e atualizado onde pode ser encontrado (endereço residencial e profissional, e-mail e telefone), bem como colocar-se à disposição do Juízo para ser intimado por meios mais céleres de comunicação, especialmente, e-mail e telefone. E, ainda, deverá manter atualizados seus endereços, telefones e e-mail perante a Secretaria desta Vara, sempre previamente a qualquer mudança dessa natureza."**

Destarte, em razão da expedição e do cumprimento do alvará de soltura em favor do Paciente (conforme se apura da movimentação processual ocorrida no dia 14/12/2018), fica superada a análise da tese constante na presente impetração, que tinha como objetivo a dispensa do recolhimento do valor da fiança, que configuraria óbice à sua liberdade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

